



Simpósio de Integração Acadêmica

“A Transversalidade da Ciência, Tecnologia e Inovações para o Planeta”
SIA UFV Virtual 2021



CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BELO HORIZONTE: Relações raciais e políticas patrimoniais

Eduarda Alves Santos- eduarda.a.santos@ufv.br

Thiago Henrique Mota- thiago.mota@ufv.br

Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania- Departamento de História-
Universidade Federal de Viçosa

Patrimônio, Racismo, Educação

Introdução

As políticas patrimoniais emergiram como um fator de extrema relevância na construção da nação brasileira, reiterando a memória nacional oficial e a história dos grandes feitos. Se por um lado as políticas patrimoniais podem promover ações difusoras de um passado hegemônico que envolve positivamente a população branca, por outro a valorização da história da população negra foi historicamente ocultada ou associada apenas à escravidão. Essa tendência é reflexo do processo histórico que contribuiu para racialização das relações sociais, que repercute de variadas formas constituindo desigualdades e demarcando fronteiras. No Brasil, o racismo funciona com a “ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial”, e se mantém principalmente pelo seu “potencial da miscigenação brasileira” (GOMES, 2017, p.98). Nesse sentido mesmo diante da intensa miscigenação da população, o “racismo, a discriminação e o preconceito racial persistem, uma vez que o fato de ser branco em nossa sociedade confere vantagens estruturais e privilégios, sejam eles concretos ou simbólicos, que moldam a experiência e a identidade das pessoas, suas visões de mundo, suas concepções e práticas políticas e os lugares que ocupam nas relações de poder” (LARBONE, 2014, p.10).

Objetivos

Objetivo principal desse trabalho é compreender a política de proteção do patrimônio em Belo Horizonte implementada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município entre as décadas de 1970 e 1990 levando em consideração as relações raciais, com foco no lugar social ocupado pelos bens relacionados aos sujeitos negros. Os objetivos específicos: Contextualizar as discussões em relação às práticas e políticas de proteção do patrimônio em Belo Horizonte em conjunto com a trajetória do Conselho Deliberativo Do Patrimônio Cultural do Município; Analisar como a questão racial aparece nos documentos oficiais do CDPCMBH; Apontar como os sujeitos negros reagiram às medidas implementadas com a aprovação do Conselho.

Material e Métodos

Para atender aos objetivos deste trabalho, foi escolhida análise dos documentos e realização de entrevistas. Nesse movimento pretendo realizar análise comparativa entre o dossiê de tombamento do Conjunto Urbanístico Praça da Liberdade (1977) e do tombamento do Terreiro Ilê Wopo Olojukan: Deus mais do que tudo (1995). A isso, somam-se entrevistas que pretendem identificar através das entrevistas e análise documental, como foi a participação dos sujeitos negros e brancos nos processos decisórios na política de salvaguarda em Belo Horizonte; como esses sujeitos se identificam; como configuram as denúncias frente as desigualdades raciais na apropriação do patrimônio; a percepção dos processos de silenciamentos e invisibilidade das expressões históricas, artísticas e culturais da população negra; os privilégios da branquitude, e como esses sujeitos têm consolidado suas redes de sociabilidade e processos de identificação.

Resultados e Discussão

Propomos responder a seguinte pergunta: como a política patrimonial implementada pelo CDPCM-BH, a partir 1970, lidou com os patrimônios culturais referentes à população branca e negra no município? A política patrimonial em Belo Horizonte aponta para uma abertura importante no “reconhecimento de marcos históricos que testemunham os espaços de negrura” (LOTT; JESUS, 2005, p. 5) não sendo o suficiente para tratar o racismo. Ao que tudo indica, os sintomas do racismo reaparecem quando esses mesmos espaços são cuidadosamente policiados, regulados e subalternizados. Nesse sentido, com base nos textos lidos até então, em relação à política patrimonial de Belo Horizonte, tem-se como hipótese que os sujeitos brancos são favorecidos em detrimento dos sujeitos negros. Ness sentido, reconhecemos a importância da educação patrimonial antirracista, como metodologia fundamental e possível para “criar novos papéis fora da ordem colonial”, pensar esse lugar de opressão, de subalternidade com “novos olhos”. “O entendimento e o estudo da marginalidade criam a possibilidade de devir como um novo sujeito” (KILOMBA, 2019, p. 69).

Esse trabalho encontra-se em andamento, com levantamento inicial de informações dos dossiês de tombamento do Conjunto Urbanístico Praça da Liberdade (1977) e do Terreiro Ilê Wopo Olojukan: Deus mais do que tudo (1995) que comporão o objeto de pesquisa de forma comparativa. Portanto, não apresentamos ainda resultados de pesquisa.

Bibliografia

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017

KILOMBA, Grada, 1968- Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. -1.ed. - Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOTT, Wanessa; JESUS, Cláudio Roberto. As políticas preservacionistas da cidade de Belo Horizonte: A questão do tangível e intangível. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005.

LABORNE, Ana Amélia de Paula. Branquitude em foco: análises sobre a construção da identidade branca de intelectuais no Brasil. Belo Horizonte: FaE/UFMG,2010 (Tese de Doutorado).



Entrada principal do Terreiro Ilê Wopo Olojukan: Deus mais do que tudo. Imagem retirada arquivo pessoal do Terreiro. Disponível em: https://m.facebook.com/EgbeOlojukan/photos/a.559291000772323/1174389352595815/?type=3&source=54&locale2=pt_BR&ref=page_internal Acesso: 17 de Setembro de 2021.



O Museu das Minas e do Metal, que integra o Circuito Cultural da Praça da Liberdade, foi inaugurado em 2010, no antigo prédio da Secretaria de Estado da Educação (Crédito: Paulo Atzingen). Disponível em: <https://diariodoturismo.com.br/praca-da-liberdade-joias-arquitetonicas-de-uma-multipla-belo-horizonte/>. Acesso: 17 de Setembro de 2021.